

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.544.264 - SP (2019/0213205-2)

RELATOR	: MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE	: NICODEMUS MONTALVAO DE SIQUEIRA
AGRAVANTE	: ADRIANA COUTINHO DE OLIVEIRA FERNANDES
AGRAVANTE	: CELIA DE OLIVEIRA BAPTISTA
AGRAVANTE	: CELIA MARIA RANNA NAROZNY
AGRAVANTE	: ELIETE FELICISSIMA SANTOS BARBOSA
AGRAVANTE	: ELZA FIGUEREDO DO PRADO RODRIGUES
AGRAVANTE	: FATIMA APARECIDA MARIN NOVELETTO
AGRAVANTE	: FATIMA DO CARMO FONSECA RICARDI
AGRAVANTE	: ISABEL DAL BO PELEGRINI
AGRAVANTE	: JANNIFFER AHMED TUFIALE PEREIRA
AGRAVANTE	: LEANDRA BENJAMIN DE CARVALHO
AGRAVANTE	: LUCINEIA SENHUQUE DA SILVA
AGRAVANTE	: MARIA APARECIDA BERNARDO MUNIZ
AGRAVANTE	: MARIA BENEDITA GONCALVES
AGRAVANTE	: MARIA CELI DE CUZZO MARINELI
AGRAVANTE	: MARIA INES DO PRADO BORGES
AGRAVANTE	: MARIA LAURA THOMAZINI
AGRAVANTE	: MARIA NAIR DUARTE DAMACENO
AGRAVANTE	: NEUSA LUCIA GIOVANINI PEREIRA DA COSTA
AGRAVANTE	: REJANE PINTO NITSCH
AGRAVANTE	: RITA DE CASSIA GIANLORENCO DAREZZO
AGRAVANTE	: RITA DE CASSIA MIAZZO BIM
AGRAVANTE	: ROSANGELA SMITH RODRIGUES DOS SANTOS
AGRAVANTE	: ROSELI FRANCISCA DOS SANTOS
AGRAVANTE	: ROSINEA RITA SIQUEIRA DE ALMEIDA
AGRAVANTE	: SANDRA APARECIDA COSTA CASSARO
AGRAVANTE	: SANDRA DOS SANTOS FRANCA
AGRAVANTE	: TEREZINHA APARECIDA ALVES DA SILVA
AGRAVANTE	: VERA LUCIA FERREIRA ROGANTI
AGRAVANTE	: WALDEMIR EUDOCIO AGOSTINHO
ADVOGADOS	: RICARDO FALLEIROS LEBRAO - SP126465
	MESSIAS TADEU DE OLIVEIRA BENTO FALLEIROS - SP250793
	LUCAS CAVINA MUSSI MORTATI - SP344044
	DIEGO LEITE LIMA JESUINO - SP331777
AGRAVADO	: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR	: MARCELA GONÇALVES GODOI E OUTRO(S) - SP300920

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por NICODEMUS MONTALVAO DE SIQUEIRA e OUTROS, contra decisão de lavra da Presidência do STJ, proferida às e-STJ fls. 437/438, que não conheceu do recurso, com fulcro no art. 21-E, V, do RISTJ, por manifesta intempestividade.

Nas suas razões (e-STJ fls. 440/449), a parte agravante sustenta que o recurso especial é tempestivo diante da suspensão do expediente forense no recesso de final de ano e consequente suspensão dos prazos processuais no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, visto que o Enunciado Administrativo 2 do STJ dispõe que, nos recursos interpostos com fundamento no CPC/73, relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016, é prevista a possibilidade de ser comprovado posteriormente a tempestividade do recurso especial por meio de agravo interno.

Junta cópia do Provimento 1.948/2012, em que consta, no art. 1º, a suspensão dos prazos processuais no período de 20 de dezembro a 06 de janeiro (e-STJ fl. 443) e cópia do Provimento 2.216/2014, em que consta, no art. 1º, a suspensão dos prazos processuais no período de 7 de janeiro a 18 de janeiro de 2015 (e-STJ fl. 447).

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2).

Da análise dos autos, verifica-se que assiste razão à parte agravante.

Com efeito, a Corte Especial, em 19/02/2012, no julgamento do AgRg no AREsp 137.141/SE, firmou orientação segundo a qual "a comprovação da tempestividade do recurso especial, em decorrência de feriado local ou de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem que implique prorrogação do termo final para sua interposição, pode ocorrer posteriormente, em sede de agravo regimental".

In casu, considerando que a parte agravante demonstrou a existência de recesso forense por meio da juntada de cópia do Provimento 1.948/2012 e Provimento 2.216/2014, que estabelecem, no seu art. 1º, a suspensão do prazo processual e expediente forense (e-STJ fls. 443 e 447), é de se reconhecer a tempestividade do apelo extremo.

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão de e-STJ fls. 437/438, tornando-a sem efeito.

Superior Tribunal de Justiça

Transcorrido o prazo recursal, voltem-me conclusos os autos para efetiva análise do agravo em recurso especial de e-STJ fls. 307/317.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator